



Instale nosso APP Agora!

[\(https://msconecta.com.br/\)](https://msconecta.com.br/)

Instalar

[\(https://www.instagram.com/gairdincg/\)](https://www.instagram.com/gairdincg/)

CONE SUL // FRONTEIRA ([HTTPS://MSCONECTA.COM.BR/VER-NOTICIA/31/CONE-SUL-FRONTEIRA](https://msconecta.com.br/ver-noticia/31/cone-sul-fronteira))

TCE/MS barra licitação de R\$ 916 mil em Deodápolis por inchaço de R\$ 75 mil no orçamento

Tribunal identificou sobrepreço em brita e areia na planilha da prefeitura para ponte rural; sessão prevista para hoje foi suspensa e edital terá de ser refeito antes de nova data.

Redação MSConecta

(<https://msconecta.com.br/autor/redacao>)

03/09/2026 18h34 • Atualizado há 9 horas

(https://msconecta.com.br/images/noticias/16503/03093437_tmpksvv29w.jpg)



Divulgação

O **Tribunal de Contas de Mato Grosso do Sul** travou nesta quinta-feira, **3 de setembro de 2026**, a licitação de **R\$ 916.673,12** aberta pela Prefeitura de **Deodápolis** para construção de uma ponte de concreto na estrada vicinal da 14ª Linha. A decisão, assinada pelo conselheiro substituto **Leandro Lobo Ribeiro Pimentel**, veio após a divisão de fiscalização de obras do tribunal apontar um sobrepreço estimado em **R\$ 75 mil** embutido nos materiais de fabricação de concreto — valor que infla artificialmente o custo total da obra.

A sessão pública do certame estava marcada justamente para hoje e não chegou a acontecer. O recurso que bancaria a construção vem de convênio firmado com o **Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA)**, o que torna a irregularidade ainda mais sensível: dinheiro federal aplicado em obra rural do interior de MS passará agora por nova análise antes de qualquer contratação.

Areia, brita e preços fora da tabela do estado

A equipe de fiscalização do TCE/MS comparou a planilha orçamentária da prefeitura com a tabela de referência oficial do estado e encontrou divergências nos três principais insumos do concreto: **areia média lavada, brita um e brita dois**.

Os preços registrados no Edital superaram os praticados no mercado, gerando o impacto financeiro de R\$ 1,5 mil no total do contrato — dinheiro que, sem a

intervenção do tribunal, teria sido pago sem contestação.

Além do sobrepreço, o relatório listou outras falhas no edital: ausência de exigência de comprovação de capacidade técnica vinculada à própria empresa licitante; contradição entre o edital, que admitia declaração escrita no lugar de vistoria presencial, e o termo de referência, que tornava a visita obrigatória; e a possibilidade de profissionais sem a qualificação necessária assumirem responsabilidade por cálculos de fundação e engenharia estrutural — itens críticos para a segurança de qualquer ponte.

Prefeito e secretário recebem ordem direta do TCE

A determinação do tribunal é endereçada nominalmente ao prefeito **Jean Carlos Silva Gomes** e ao secretário municipal de infraestrutura **Paulo Eduardo Firmino Siqueira**: o processo licitatório deve ser paralisado imediatamente, sem assinatura de contrato. Antes de remarcar a sessão — que havia sido reprogramada para **3 de outubro** —, a prefeitura precisa revisar a planilha orçamentária e adequar todas as exigências do edital às normas vigentes.

O caso segue sob monitoramento do TCE/MS. A [construção de pontes rurais com recursos federais em Mato Grosso do Sul](https://msconecta.com.br/noticia/16026/ponte-de-concreto-na-zona-rural-de-mundo-novo-recebe-r-1-mi-federal) (<https://msconecta.com.br/noticia/16026/ponte-de-concreto-na-zona-rural-de-mundo-novo-recebe-r-1-mi-federal>) tem sido alvo recorrente de fiscalização do tribunal, que já havia atuado em obra semelhante em Mundo Novo.

Fontes: TCE/MS; CAMPO GRANDE NEWS

Notícias Relacionadas »